



RC SEGURANÇA DO TRABALHO
CNPJ: 38.928.121/0001-70
e-mail: rcengenhariaepericias@gmail.com
Telefone (45) 99114-7311
Rua Vitório Matiello nº 115 Bairro São Luiz
CEP 85.504-730 Pato Branco - Paraná

JUSTIFICATIVA DE EXEQUIBILIDADE DE PROPOSTA

À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE

Prezados Senhores,

A Empresa RC Segurança do Trabalho, sob CNPJ n.º 38.928.121/0001-70, sediada na AVENIDA BRASIL, n.º 450, SALA 702, Centro, Pato Branco – PR, CEP 85.501-071, por intermédio de seu representante legal **Robson Caetano da Silva Oliveira**, portador da Carteira de Identidade n.º 10466308-7, CPF n.º 084.040.969-96 e **ANDERSON FELIPE CHEROBIN**, Brasileiro, contador, inscrito no CRC-PR 071016/O-6, inscrito no CPF n.º 068.486.459-23, portador da Cédula de Identidade n.º. 102314492 residentes e domiciliados em Pato Branco/PR, vêm, respeitosamente, perante este Pregoeiro, sua equipe e órgão licitante, declarar para os devidos fins e sob as penas da lei, que mantém TOTAL condições de assumir e cumprir com as especificações do objeto do Pregão Eletrônico n.º. 041/2023, contratação de empresa especializada na área de Segurança e Saúde do Trabalho objetivando: a) elaborar, cumprir, implantar e atualizar o GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS (GRO) na Prefeitura Municipal de Camaragibe, com a constituição do PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS (PGR), o PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL (PCMSO), a elaboração do INVENTÁRIO DE RISCOS OCUPACIONAIS, do PLANO DE AÇÃO, do LAUDO TÉCNICO DE CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO TRABALHO (LTCAT), do LAUDO DE INSALUBRIDADE E do LAUDO DE PERICULOSIDADE (LIP), bem como a confecção do PERFIL PROFISSIONAL PREVIDENCIÁRIO (PPP) para os servidores da Administração Direta do Poder Executivo do Município de Camaragibe, suas autarquias e fundações, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência; b) auxiliar na elaboração de decreto regulamentar às leis que regem as aposentadorias especiais para atividades de risco e perigosas dos servidores municipais.

COMPROVAÇÃO DE EXEQUIBILIDADE DE PROPOSTA

Inicialmente, a RC Segurança do Trabalho consolidou-se como empresa idônea, com vasto conhecimento e experiência, que o prova através de inúmeros Atestados de Capacidade Técnica e contratos de prestação de serviços provenientes dos mais diversos órgãos da Administração Pública Direta e Indireta nas esferas municipal, estadual e federal, o que faz prova da qualificação para a realização dos serviços.

Por força da previsão legal constante no Art. 56 da Lei 14.133/2021 – nova Lei de Licitações, a Administração Pública poderá realizar diligências a fim de se comprovar a exequibilidade da proposta:

Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que: (...)

(...) III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação; IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; (...).

§ 2º A **Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada**, conforme disposto no inciso IV do **caput** deste artigo. § 3º No caso de obras e serviços de engenharia e arquitetura, para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado no edital, conforme as especificidades do mercado correspondente.

Sendo assim, para apresentar qualquer decisão referente a inexequibilidade, a administração pública poderá realizar diligências a fim de comprovar a veracidade dos fatos e a capacidade da licitante em prestar os serviços, e, bem como, a administração pública deve oportunizar defesa a licitante para que ela demonstre sua exequibilidade.

Ainda, entende-se que os critérios simplesmente aritméticos fixados na lei não podem ser inflexíveis ou absolutos. A lei estabelece um parâmetro, sendo certo que deverá ser concedida ao licitante a oportunidade de demonstrar que sua proposta é exequível, dada a realidade, os custos e o lucro projetado.

Sobre o tema, convém mencionar os ensinamentos de Marçal Justen Filho:

Não se afigura defensável, porém transformar em absoluta a presunção do § 1º. Se o particular puder comprovar que sua proposta é exequível, não se lhe poderá interditar o exercício do direito de apresentá-la. É inviável proibir o Estado de realizar contratação vantajosa. A questão é de fato, não de direito. **Incumbe o ônus da prova da exequibilidade ao particular**. Essa comprovação poderá fazer-se em face da própria Administração, pleiteando-se a realização de diligência para tanto. (...) Subordinar o direito do licitante à prévia impugnação ao orçamento apresentado é violar o princípio da isonomia. Todos os demais licitantes estariam advertidos que um outro concorrente irá formular proposta de valor mais reduzido. Estaria comprometida a igualdade dos participantes. Por outro lado, seria um despropósito imaginar que a omissão ou silêncio dos licitantes tornaria válido orçamento excessivo ou desvinculado da realidade econômica. Por tais motivos, reputa-se cabível que o particular, ainda que não impugne o valor orçado, defenda a validade de proposta de valor reduzido, mas exequível.

Na mesma linha o Acórdão 1.857/2011:

(...) “os critérios elencados pela Lei, para definir a proposta inexecutável apenas **conduzem a uma presunção relativa a inexecutabilidade de preços**”. **Ainda no entendimento do relator, considerando que a empresa desclassificada havia apresentado a melhor proposta, caberia ao órgão jurisdicionado diligenciar junto ao licitante, “de modo que, ao não agir assim, a entidade contratou com o preço mais elevado sem justificativa plausível para tanto**”. (TCU, Acórdão nº 1.857/2011, Plenário, Rel. Min. André Luis de carvalho, DOU de 18.07.2011) (grifo nosso).

Podemos observar que tanto a doutrina quanto a jurisprudência, trazem, que a licitante que tem seu preço questionado pode e tem o direito de demonstrar a exequibilidade. Outro fato que a jurisprudência apresenta é que a licitante pode ser detentora de uma situação peculiar que lhe permita ofertar preços inferiores. Ainda, a própria empresa licitante é quem detém o conhecimento sobre seus custos, fazendo com que possa realizar uma análise crítica de maneira a atingir o valor para prestação de um determinado serviço.

Portanto, após a análise detalhada dos requisitos técnicos e das competências exigidas, confirmamos a exequibilidade da proposta de desconto no percentual de 33% para o fornecimento dos serviços pertinentes a segurança do trabalho, conforme objeto licitado, no montante de R\$

73.150,00. Informamos que os custos são traçados de modo que o valor disputado na fase de lances é apresentado de maneira consciente, resultado de um amplo estudo técnico preliminar que contempla todos os insumos necessários para a execução do serviço apresentado no edital licitatório.

Declaramos, ainda, que não existem quaisquer impedimentos legais, técnicos ou financeiros que possam comprometer nossa capacidade de realização do serviço objeto desta licitação, garantida assim a total aptidão da empresa em fornecer o serviço. Além disto, estamos cientes de todas as normas e legislações aplicáveis ao caso. Comprometendo-nos a cumprir rigorosamente as normas e regulamentos pertinentes, de forma a preservar a segurança dos colaboradores e a integridade do projeto.

Nosso quadro de profissionais é composto por especialistas altamente qualificados e com vasta experiência comprovada na realização dos serviços objeto desta licitação. Além disto, possuímos equipamentos modernos e adequados para a execução dos serviços demandados. Estamos cientes das responsabilidades e obrigações relacionadas aos serviços analisados e mantemos plena ciência das consequências em não cumprir com o avençado.

DOS REQUISITOS PARA A COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS

A título de esclarecimentos, informamos que para a devida precificação dos serviços prestados, levamos em consideração as situações abaixo:

- O sócio proprietário da RC Segurança do Trabalho acumula a função de Engenheiro de Segurança do Trabalho, sendo este o responsável técnico pela prestação dos serviços, de forma que o percentual do valor utilizado para pagamento desta mão-de-obra é revertido para a própria RC.
- A empresa licitante é proprietária de todos os equipamentos necessários para a realização de Avaliações de agentes ambientais, a título de exemplos, termômetro de globo, bombas gravimétricas, e demais necessários a execução do objeto, de forma a evitar custos com possíveis aquisições e aluguéis de equipamentos.
- As análises laboratoriais de agentes químicos, que eventualmente sejam necessários, serão realizadas em laboratórios credenciados, os quais mantemos convênios de longa data, o que impacta positivamente nos preços praticados, pois, torna-se possível o abatimento nos valores praticados.

- Os gastos com hospedagens e transportes que se façam necessárias são orçados com base na média dos preços praticados no mercado, considerando os gastos obtidos em contratos semelhantes.
- Gastos com materiais necessários (impressões, etc) estão inseridos em despesas rotineiras da empresa, que possui sede própria equipada e fornecedor já definido, o que evita gastos desnecessários.
- Aliado as situações acima, a RC Segurança do Trabalho conta com profissionais presentes em vários Estados Brasileiros, de maneira a reduzir gastos com deslocamento.

DOS PREÇOS E PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS

Com o intuito de dirimir quaisquer dúvidas, apresenta-se Planilha Aberta de Custos, em anexo, que demonstram a viabilidade e exequibilidade da proposta enviada a Administração.

A planilha foi cotada com base na mão-de-obra, infraestrutura, insumos necessários e demais gastos e despesas necessárias.

Diante de todo o exposto, certos de nossa aptidão para atender às demandas estabelecidas no edital, agradecemos a oportunidade de participação deste procedimento licitatório e manifestamos interesse em fornecimento dos serviços pertinentes ao objeto para o referido órgão.

Solicitamos que esta declaração seja considerada como parte integrante de minha proposta e bem como dos documentos pertinentes a esta licitação.

Atenciosamente.

Segurança do Trabalho

Pato Branco-PR, 07 de maio de 2024.

RC SEGURANÇA DO TRABALHO

Robson Caetano da Silva Oliveira / ANDERSON FELIPE CHEROBIN
084.040.969-96/10466308-7 / 068.486.459-23/102314492

Sócios Administradores